

# FUTEBOL CALLEJERO, JUVENTUDE E CIDADANIA

## STREET SOCCER, YOUTH AND CITIZENSHIP

Cláudio Augusto Silva Gutierrez<sup>1</sup>  
Augusto Dotto<sup>2</sup>  
Andressa Allet<sup>3</sup>

### Resumen

Este artículo presenta los resultados de un análisis sobre el Movimiento Fútbol Callejero que ha investigado las interfaces entre los temas juventud, deporte y ciudadanía. Investigamos si las prácticas de Fútbol Callejero ofrecen a la juventud experiencias de ciudadanía que posibilitan desarrollo personal y capacitación para actuar en la esfera pública como ciudadanos y ciudadanas. Nuestro objeto de investigación fueron dos eventos de Fútbol Callejero: el Mundial y la Copa América. Desde la perspectiva epistemológica de la investigación participante, realizamos análisis de documentos así como analizamos testimonios y memorias de jóvenes y educadores que participaron de estos eventos. Nuestros resultados presentan algunas dimensiones desde las cuales el Fútbol Callejero ofrece experiencias de ciudadanía participativa a la juventud.

**Palabras claves:** fútbol callejero; juventud; ciudadanía

### Abstract

This article presents the results of an analysis over the Street Soccer Movement that investigated the interfaces between the issues youth, sport and citizenship. We investigated whether the Street Soccer practices offers to the youth experiences citizenship that enable personal development and empowerment to act in the public sphere as citizens. Our research object was two events of Street Soccer Movement: the World Cup and the America Cup. From the epistemological perspective or participatory research, we conducted document analysis and analysis of testimonies and memories of youths and educators who participated in those events. Our results show some dimensions in which the Street Soccer Movement gives opportunities for educational experiences of participatory citizenship for youth.

**Keywords:** street soccer; youth; citizenship

Fecha de recepción: 23 de octubre de 2015

Fecha de aprobación: 8 de marzo de 2016

### Para citar este artículo:

Silva Gutierrez, C.A., Dotto, A. y Allet, A. (2016). Futebol Callejero, juventude e cidadania. *Lúdica Pedagógica*, (23), 19-29.

- 
- 1 Doutor em Ócio e Potencial Humano, Mestre em Educação, Especialista em Metodologia do Ensino, Licenciado em Educação Física. Docente, gestor e investigador na Universidade UNISINOS/BR. Correo electrónico: casgutierrez@unisininos.br
  - 2 Especialista em Gestão de Projetos Sociais, Licenciado em Educação Física. Coordenador do programa de extensão Esporte Integral (PEI) da Universidade UNISINOS/BR. Correo electrónico: adotto@unisininos.br
  - 3 Licenciada em Educação Física. Professora do programa de extensão Esporte Integral (PEI) da Universidade UNISINOS/BR. Correo electrónico: vallet@unisininos.br

## INTRODUÇÃO

A fundamental necessidade de fazer avançar e fortalecer a democracia, percebida como um dos fundamentos para o desenvolvimento de nossas sociedades contemporâneas<sup>4</sup>, está sempre a pôr em evidência o tema da educação para a cidadania, notadamente da promoção de experiências formativas de participação democrática. A cidadania não vem impressa nos genes. Portanto, uma comunidade política, como são as comunidades humanas, deve planejar e abrir os caminhos que possibilitam aos seus membros adquirir as competências cidadãs: as habilidades, conhecimentos e valores que permitem atuar na esfera pública fortalecendo a democracia e a participação (Baquero y Baquero, 2005).

Esse é um tema que tem importância intergeracional, por impactar a vida e conduta humana da infância à mais avançada idade, sendo a democracia e a cidadania valores para nossas sociedades democráticas a serem cultivados, desenvolvidos e fortalecidos em qualquer e todas as idades. No entanto, é notório que a juventude é o momento de nossa existência onde o tema da educação para a cidadania é mais especialmente demandado, visto que, em nossas sociedades contemporâneas, é nesse período que se realiza a transição entre a infância tutelada e a vida autônoma de cidadãos e cidadãs que sabem se conduzir na vida pública. Cidadãos e cidadãs que, como seres propriamente humanos, constroem sua singularidade frente aos demais ao exercerem seu protagonismo na esfera pública (Arendt, 2001); e que realizam suas transformações pessoais no processo de transformar seu mundo (Freire, 1997).

O esporte e o lazer têm sido evocados como fenômenos de grande poder mobilizador da juventude e, portanto, produtores de espaços sociais onde a educação para a cidadania poderia e deveria acontecer. Mais ainda, o

esporte e o lazer como âmbitos de experiência humana (Cuenca, 2014; Gutiérrez, Carreño, y Rodríguez, 2014) têm sido por vezes assumidos como ferramentas de educação cidadã e espaços sociais produtores de experiências formativas de cidadania ativa e democracia participativa (Gutierrez, 2014).

Desde essa perspectiva, de assumir o esporte e o lazer como espaços de educação para a juventude, que educadores de diversas partes do mundo começaram a abordar a largamente difundida cultura do futebol de rua. A partir dessa ideia, em um bairro violento dos arredores de Buenos Aires, surge o Movimento Futebol Callejero como um instrumento de mobilização e organização da juventude. A ideia fundamental é voltar às raízes do futebol de rua, uma prática desportiva de lazer autorregulada, onde regras são previamente acordadas e tacitamente respeitadas por todos os participantes de um jogo, sem a necessidade de uma regulação ou autoridade externa. Hoje esse movimento é formado por um conjunto de organizações sociais que por meio da metodologia do Futebol Callejero compartilham a missão de construir cidadania, defender os direitos humanos, lutar pela justiça, promover uma sociedade inclusiva e reconhecer a diversidade cultural e étnico-racial (Movimiento Fútbol Callejero, 2013).

O Movimento Futebol Callejero teve seu início na América Latina, onde rapidamente articulou 14 organizações das Américas do Sul e Central. Atualmente já alcançou outros países do mundo, como Alemanha, Estados Unidos, Sudão, Filipinas, Gana, Israel, África do Sul, Serra Leoa e Espanha (Movimiento Fútbol Callejero, 2015). O Movimento realiza uma série de diferentes atividades ao redor do tema futebol de rua, como Congressos, Intercâmbios, Escola de Mediadores e Encontros de Futebol de Rua, como o Mundial, realizado em São Paulo, em 2014, e a Copa América, realizada em Buenos Aires, em 2015.

O presente artigo traz os resultados de uma análise que investigou as interfaces entre os temas juventude, esporte e cidadania desde o Futebol Callejero. Mais especificamente investigamos em que medida as práticas de Futebol Callejero oferecem aos jovens experiências de cidadania que auxiliam em seu desenvolvimento pessoal e em sua capacitação para atuarem no espaço público como cidadãos.

4 Contemporaneidade é aqui compreendida como o período histórico que se inicia em meados do século xx e vem até nossos dias. É uma época marcada pelo impacto da tecnociência nos meios de produção e na cultura e das sociedades de mercado/consumo no mundo globalizado, impactos esses com desdobramentos na ordem social e na produção de subjetividades (Flecha, 2011). Na contemporaneidade o projeto de rupturas iniciado na Modernidade, onde “todo o sagrado é profanado, tudo que é sólido desmancha no ar” (Marx e Engels, 1998) se radicaliza, exacerbando o individualismo e tornando líquidas as estruturas sociais (Bauman, 2003). Encontram-se abalados os estamentos da Sociedade Industrial, o que produz incertezas e enseja tanto projetos de transformação quanto o retorno de ilusões conservadoras e reacionárias. É nesse período histórico que este artigo se desafia a pensar a juventude e os espaços para a formação na cidadania.

Como objeto de estudo para realizar essa investigação tomamos dois eventos de Futebol Callejero: o Mundial e a Copa América. Esses dois eventos foram escolhidos pela sua magnitude e pelo grande esforço empreendido pelo Movimento para neles projetar e realizar os princípios, metodologia e procedimentos do Futebol Callejero.

No processo metodológico de desenvolvimento de nossa análise, primeiramente construímos um marco teórico sobre juventude e cidadania. A partir desse marco, realizamos a análise de documentos do Movimento Futebol Callejero, dos marcos normativos que estruturaram o Mundial e a Copa América de Futebol Callejero, assim como analisamos depoimentos e memórias de jovens e educadores que participaram desses eventos. A perspectiva epistemológica desde a qual analisamos todas essas informações e experiências é a da pesquisa participante (Freire, 1997; Brandão, 1990), em face de nossa implicação em todos esses eventos e experiências.

A estrutura deste artigo guarda relação com o processo metodológico desenvolvido na investigação: primeiramente apresentamos o marco teórico que utilizamos para articular juventude e cidadania, em seguida descrevemos os eventos que foram objeto de nossa investigação, apresentamos os principais resultados de nossa análise, e por fim apontamos nossas conclusões.

## JUVENTUDE E CIDADANIA

A juventude não é fato universal imutável, senão uma condição social historicamente construída. “Podemos definir a juventude como uma condição social que nos outorga uma posição na estrutura social” (Giménez, 2003, p. 159). Nesse sentido, em nosso mundo a estrutura social e econômica reserva uma posição central e privilegiada ao padrão adulto, estabelecendo toda uma geografia adultocrática, simbolicamente dominante, que destina espaços e tempos periféricos aos jovens.

As culturas juvenis buscam criar seus espaços próprios ao se apoderarem de determinados territórios urbanos, como os parques, as praças, centros desportivos, casas noturnas... e os distinguem com suas marcas, tentando criar nesses espaços e tempos, contextos alternativos ao padrão adulto (Benedicto y Morán, 2000). Para Giménez (2003), é a partir dessa necessidade de criar um espaço e tempo próprios como devemos entender, por exemplo, a busca da noite entre os jovens, que seria

em realidade uma busca por encontrar um espaço e tempo fora do alcance da tutela dos adultos e de sua simbologia dominante.

Em termos de cidadania, a posição social dos jovens não muda em relação ao predomínio do padrão adulto. Ao mesmo tempo que se lhes pede que valorizem mais a participação ativa na vida democrática, se lhes nega o status de cidadãos e cidadãs plenas tanto na teoria como na prática. Nesse sentido, não parece haver muita coerência entre a demanda de implicação cívica que se tem dirigido aos jovens e a posição subalterna que é oferecida à juventude em nossas sociedades.

Os jovens tem sido vistos como cidadãs e cidadãos futuros, cidadãos em projeto, como objetos de alcance de uma educação para a cidadania. Talvez os queiramos educar para a cidadania porque não os vemos como sujeitos sociais capazes de efetivamente viver e formar-se na cidadania. Como determinam Morán e Benedicto, se segue definindo ao jovem em negativo:

Aquele que não alcançou o final do processo (sem um emprego, sem uma formação acabada, sem uma família própria). Daí que não são tratados como indivíduos a quem se tenha de reconhecer e valorizar em seu status de membros plenos da comunidade, assumindo as peculiaridades de sua própria condição juvenil. (2003, p. 42).

Uma das primeiras barreiras que se levantam quando se pensa em incluir aos jovens na cidadania é o conceito de autonomia que se consolidou em nossas sociedades. Os jovens normalmente são apartados da condição cidadã pelo argumento da falta de autonomia, principalmente autonomia econômica. Dessa forma a juventude se compreende dentro da infância, como uma etapa da vida onde se está tutelado e debaixo da dependência de outros, enquanto a cidadania é um tema para adultos, que são os verdadeiramente autônomos. Sendo assim, para ser cidadão é preciso ser adulto, deixar de ser jovem. Portanto, o desafio de integrar aos jovens na cidadania passa por repensar a ideia de autonomia.

Tradicionalmente, a concepção de cidadania se baseia em uma condição de autonomia “entendida como ausência de dependências que dificultem ou impeçam a liberdade de eleição e, portanto, de atuação” (Benedicto y Morán, 2003, p. 52). Em nossas sociedades a dependência que ocupa lugar central é a econômica que, por sua vez, se relaciona com a entrada no mercado de trabalho.

No tempo em que a transição escola-trabalho se realizava com rapidez e sem maiores dificuldades, a conquista da autonomia e do status de cidadão não constituía problema, pelo menos para os homens. Os jovens terminavam sua formação, ingressavam no mercado de trabalho, adquiriam independência econômica, constituíam família, ingressavam na vida adulta e se convertiam em cidadãos; e tudo isso ao mesmo tempo, em um curto e bem definido espaço de tempo, uma vez terminada sua formação. No Brasil esse também tem sido o pensamento hegemônico: a imagem do cidadão como um indivíduo adulto, homem, inserido no mercado de trabalho formal e com salário que permite autonomia econômica. Essa foi a imagem idealizada do cidadão, principalmente durante a industrialização, depois de 1930 (Carvalho, 2002).

Paradoxalmente, esse ideal de cidadão tem funcionado como um instrumento de discriminação contra uma grande massa de pessoas, adultas e jovens, inseridas no mercado informal de trabalho, que não oferece nem segurança, nem autonomia econômica. Nesse sentido, os que ocupam uma condição marginal frente a essa imagem idealizada de cidadão acabam considerados cidadãos de segunda categoria.

A crise da sociedade do trabalho favoreceu um descenso da socialização nessa esfera da vida. Ao mesmo tempo, as tecnologias da informação e comunicação (TICs) e o consumo criam novos espaços e territórios de construção de identidades de modo muito auto-reflexivo e individualizado. Nesse sentido, afirma Giménez,

[...] muitos jovens (senão a maioria) atribuem sua forma de ser e suas experiências a suas próprias opções, isto é, se percebem como *feitos a si mesmos*. Consciências coletivas e tradicionais como a consciência de classe pesam atualmente muito pouco na identidade da gente jovem. (2003, p. 162).

Também Benedicto e Morán observam uma perda da centralidade do trabalho para a formação da identidade social dos jovens: “A atividade laboral parece haver deixado passagem para as atividades de consumo e lazer como eixos ao redor dos quais os jovens desenvolvem seus sentimentos de pertencimento” (2003, p. 54).

Além disso, se pode manter uma coexistência entre dependência econômica familiar e liberdade de eleição e atuação em importantes e significativos âmbitos da vida. O alargamento do processo juvenil, com mais tempo

para a formação que com obrigações familiares, permite aos jovens participar da vida pública e dos assuntos da comunidade, ainda que sem ter a independência econômica presumivelmente identificada com o padrão adulto.

Todas essas mudanças conjunturais possibilitam que se repense o conceito de autonomia, principalmente em sua relação com a condição de cidadão. Parece que a questão fundamental da autonomia, como na cidadania, não se fundamenta mais em um status senão em um exercício e em uma atitude. “A questão fundamental não radicaria, pois, em lograr a independência que supostamente define aos adultos, senão em adquirir os recursos, as capacidades e as motivações necessárias para atuar na esfera pública” (Benedicto y Morán, 2003, p. 54).

Além de coerente com a realidade contemporânea, o conceito de autonomia fundado na capacidade de atuar na esfera pública tem como vantagem o impulso que oferece ao conceito de cidadania ativa, posto que supera o status passivo gerado pela ideia de autonomia econômica, baseada sobretudo no direito ao trabalho assalariado.

A juventude é então a etapa da vida em que se adquire a autonomia necessária para atuar como cidadão. Mas resta uma importante questão: esse movimento de aquisição de autonomia, se trata de uma transição tutelada entre a infância e a vida adulta, ou de uma emancipação dos jovens em direção à condição de cidadãos?

Para Giménez (2003), existem duas correntes de interpretação da condição juvenil na sociologia da juventude. A corrente *juvenilista* atribui a essa etapa da vida um sentido e conteúdos próprios, onde se conquista a autonomia que permite ingressar na cidadania. Contrária a essa interpretação, a corrente *adultocrática* compreende a juventude como um período de transição entre a infância e a vida adulta, onde se adquirem progressivamente as responsabilidades próprias do adulto.

Para superar uma perspectiva adultocrática há que se passar do conceito de transição ao conceito de emancipação. A emancipação tem a ver com a aquisição da capacidade de autodeterminação. Assim, emancipar-se é assumir as decisões e responsabilidades que determinam o desenvolvimento da própria vida.

É nesse sentido que a juventude é uma etapa de emancipação cidadã, na qual com relação à infância se produz uma subjetivação, uma individualização



frente às instituições e frente às demais pessoas, por meio da qual o indivíduo adquire plenamente os direitos e deveres da cidadania. (Giménez, 2003, p. 176).

A emancipação de que fala Giménez tem a ver com a conquista de uma autonomia que não se confunde com a vida adulta, é uma autonomia que se vai construindo pela aquisição dos requisitos necessários para participar da vida pública. Não se trata de um status outorgado, senão de conquistar a capacidade de atuar politicamente.

A juventude é o período da vida no qual uma pessoa se singulariza, elabora sua individuação, e se experimenta como um ator social e político competente para incorporar-se na cidadania e tomar parte no funcionamento e construção da esfera pública. Como afirmam Benedicto e Morán: “temos definido a juventude como um processo de produção de cidadãos. Um processo dinâmico no qual os membros da sociedade se convertem em atores sociais e políticos” (2002, p. 41).

### COMO INCORPORAR-SE À CIDADANIA?

Tendo por referência a literatura especializada (Pedró, 2003), a cidadania pode ser compreendida pela articulação de algumas dimensões básicas: Como *status legal* que garante direitos e deveres, a dimensão passiva da cidadania; Como *identidade política*, a dimensão de pertencimento a uma comunidade política; Como *participação*, a dimensão ativa da cidadania, que corresponde à implicação e participação direta na vida da comunidade; Como *coesão social*, não podendo haver comunidade política sem organização e coesão a partir de algumas estruturas e valores compartilhados.

A ênfase atribuída a cada uma dessas dimensões varia de acordo com as diferentes tradições políticas, que fomentam diferentes compreensões de cidadania: uma mais formal e outra mais substantiva. A cidadania formal se fundamenta em um status que assegura direitos e deveres aos indivíduos. A cidadania substantiva se constitui pelo acesso e exercício dos direitos e pela participação política nos espaços públicos.

No apogeu da sociedade industrial, na primeira metade do século xx, o acesso dos jovens à condição de cidadãos estava fundamentado na transição da juventude à vida adulta, o que colaborava com uma perspectiva mais formalista. Ainda hoje, em nossas sociedades contemporâ-

neas, está presente na memória social essa identificação da cidadania com a idade adulta. É uma identificação discriminatória para com os jovens e representa um limite a essas propostas mais formalistas. Além disso, os jovens não se converterão em cidadãos somente pelos direitos que outorga o Estado, ou por condições econômicas que os façam independentes.

A partir de uma concepção mais substantiva, podemos propor outros modos, menos formais e discriminatórios, de conceber o acesso à cidadania. Nessa perspectiva, os sujeitos não passam a ser cidadãos de um momento para o outro, senão por um processo de construção social que requer presença e protagonismo na vida social (Benedicto y Morán, 2002; 2003).

A partir dessa concepção os jovens se fazem cidadãos quando irrompem na esfera pública, se comprometem na promoção da justiça, reclamam e exercem direitos e participam na construção de decisões coletivas significativas para a vida da cidade. Uma concepção enraizada na história da cidadania, desde a pólis grega (Pilcher, 2004).

Portanto, são as práticas na esfera pública, em favor da justiça, de direitos e interesses, que vão configurando a experiência cívica dos jovens. A juventude se faz cidadã envolvendo-se nas práticas cívicas e no exercício dos direitos da cidadania. É por meio dessas práticas que o jovem vai construindo sua experiência cívica. Uma experiência onde os interesses pessoais, a sensibilidade aos interesses do outro, as demandas alheias, os interesses corporativos, as pressões do sistema, o distanciamento crítico a essas pressões, tudo entra em jogo na construção da esfera pública, na experiência de construção coletiva do comum. Dessa forma, a experiência cívica e a cidadania ativa se constroem e desenvolvem na tensão entre uma tendência de empoderamento<sup>5</sup> dos jovens e os obstáculos conjunturais que condicionam ou limitam suas ações e presença na esfera pública.

5 Empoderamento é o processo pelo qual uma pessoa, coletivo ou instituição adquire autonomia para realizar as ações e transformações necessárias ao seu crescimento e desenvolvimento em determinada área ou tema. A palavra inglesa *empowerment* já tem sido utilizada nas ciências sociais e humanas, porém tem um sentido de 'dar poder'. Já Paulo Freire utiliza a palavra empoderamento sob a perspectiva de conquista, avanço e superação por parte daquele que se empodera, sendo o sujeito ativo no processo (Schiavo e Moreira, 2004). Neste artigo se segue uso dado por Paulo Freire, compreendendo o empoderamento como condição ao processo de emancipação juvenil.

Para permitir essa atuação cidadã, haveria que se cumprir com três requisitos: em primeiro lugar, prover condições sociais e econômicas para o exercício da cidadania, o que implica tanto em condições materiais como em competências pessoais. Em segundo lugar, a implicação dos jovens em contextos participativos que permitam a acumulação de um capital social que favoreça a cooperação entre os membros da comunidade. Aqui tem muita importância as redes de relação interpessoal em um nível horizontal, como clubes esportivos, que favorecem o capital social por desenvolver aprendizagens que não se confundem com conteúdos de educação formal. Em terceiro lugar, os projetos institucionais devem permitir a participação dos jovens, ativando suas competências para participar, transformando-as em uma presença constante na esfera pública da sociedade.

O ideal de cidadãos ativos necessita para sua expressão prática de uma vida pública que deixe espaços para participar, para além dos meros recursos retóricos sobre a importância da participação na democracias, tão habituais em nosso entorno cultural. (Morán y Benedicto, 2000, p. 143).

Além de oferecer condições materiais e recursos sociais, um contexto favorável ao desenvolvimento da cidadania deve promover o diálogo democrático em favor da construção da justiça e da liberdade. Esse ambiente de diálogo quando se estabelece ao redor de temas de interesse cria vínculos coletivos de inter-relação. Há que se acentuar o caráter democrático e flexível desses vínculos que já não estão baseados em uma identidade fechada, fundada no pertencimento étnico ou territorial, o que Bauman (2003) denomina como *círculos cálidos*, que promovem isolamento, separação, muros protetores e cercas com vigilantes. Se trata aqui de criar novos tipos de comunidades cívicas, que têm seus contornos definidos por preocupações e temas de interesse, capazes inclusive de fomentar identificações múltiplas, baseadas na radical liberdade de pertencimento e com uma lógica de funcionamento de caráter horizontal e relacional, contrariamente ao que ocorre nas instituições organizadas em rígidas estruturas hierárquicas.

Também importantes para o estudo da cidadania entre os jovens são as identificações coletivas, por, ao menos, duas razões: Em primeiro lugar, porque há que se entender a ação coletiva entre os jovens desde os grupos

sociais e coletivos que eles mesmo constituem. Em segundo lugar, porque as identificações coletivas são plurais; não homogêneas, coerentes e estáveis. Os jovens compartilham uma pluralidade de identificações, o que supõe a inserção em diferentes formações discursivas e ideológicas. A vinculação dos jovens à esfera política das sociedades contemporâneas se vê afetada pela ação coletiva desses diferentes grupos.

É nesse sentido que a vivência multicultural, baseada no diálogo, é tão importante para a aprendizagem da cidadania como o domínio de alguns conteúdos, pois “aprendemos a ser múltiplos e diferenciados por meio de nosso contato com os demais” (Térren, 2003, p. 171).

A criação de condições para que os jovens ingressem na esfera pública e atuem politicamente, além de coerente com o enfrentamento dos problemas coletivos, favoreceria o desenvolvimento da qualidade democrática de nossas coletividades. Está demonstrado que uma distribuição mais equitativa das oportunidades de atuação gera um maior vínculo e compromisso de participação ativa em uma comunidade política (Luque, 2003). Não se pode manter aos jovens apartados se os queremos comprometidos com um marco cultural que fomente a qualidade democrática.

Por outro lado, se os jovens não encontram acolhida institucional para solucionar os problemas que os afetam, naturalmente buscarão solucionar seus assuntos com os recursos próprios, no âmbito privado. A permanência e a valorização que façam os jovens da esfera pública depende do espaço que exista nessa esfera para o desenvolvimento da juventude. Não podemos esquecer que os jovens podem querer apostar em soluções coletivas no espaço democrático, mas, se não encontram condições favoráveis, podem também não o querer. Na esfera pública ou os jovens experimentarão uma participação significativa, terão voz, ou não participarão. Ter voz significa encontrar contornos políticos favoráveis a sua atuação, onde sintam que podem influir nos temas públicos e de seu interesse. Não significa participar de estruturas ocas, mas exercer uma participação influente.

Os eventos promovidos pelo Movimento Futebol Callejero oferecem aos jovens envolvidos nessas práticas experiências de cidadania que auxiliam em seu desenvolvimento pessoal e capacitação para atuarem no espaço público como cidadãos?

## ESPORTE E CIDADANIA: OS EVENTOS DE FUTEBOL CALLEJERO

No marco do Movimento Futebol Callejero os eventos constituem espaços de aprendizagens, de respeito pela diversidade e de celebração. São espaços de consolidação do surgimento de lideranças, na grande maioria das vezes marcando uma abertura de horizontes. Jovens que nunca haviam saído de suas cidades, tampouco de seus bairros, tem a oportunidade de viajar a outro país, conhecer outras culturas, desempenhando um papel de representantes e atores principais de um grande evento.

Y es que el mundial ya no se mira por la televisión, ahora lo juegan valiosos atrevidos y atrevidas que han gambeteado a la adversidad con notable destreza, que están cambiando las cosas con carisma y osadía, que exitosamente hacen de su mundo un lugar mucho mejor y que finalmente no precisan de ningún juez que convalide la alegría en el grito de gol. (Rossini et al, 2012, p. 29).

Para garantir o protagonismo e a participação de todos e todas, os encontros respeitam um formato com características próprias, como a forte preocupação em garantir a integração da juventude envolvida. Por isso, além do torneio de futebol propriamente dito, esses eventos também incluem jogos de integração e intercâmbio, apresentações culturais, debates e seminários. Os eventos sempre começam com atividades de integração, antes da realização de competições. O Movimento Futebol Callejero considera os encontros, pelas vivências que proporcionam, como um marco, um espaço onde todas e todos podem descobrir sua vocação para a liderança. Como destaca Rossini (2012) os encontros ocupam lugar preponderante no desenvolvimento da metodologia. A experiência de participar de um encontro sempre marca uma diferença para aqueles e aquelas que vivenciam esses momentos.

Nos eventos os jogos de futebol são realizados em espaços públicos emblemáticos das cidades, como forma de dar visibilidade às iniciativas e recuperar o uso do espaço público por parte da juventude. Assim, os encontros permitem aos jovens acessar espaços de referência da cidade, para praticar suas atividades, em condições de igualdade com a população.

Além da apropriação dos espaços públicos, a metodologia do Futebol Callejero propõe um novo jeito de jogar futebol, valorizando e dando visibilidade para valores humanos e sociais, como o respeito à diferença, a soli-

dariedade e a cooperação. A forte cultura do futebol é assumida como uma ferramenta de integração fundamental, de fácil acesso, que convoca aos jovens das mais diversas regiões a serem protagonistas e sentirem-se com voz para poder ultrapassar a barreira entre ser participante e ser referência nessa experiência. É dentro desta proposta que a Metodologia do Futebol Callejero desenvolve sua prática e seus eventos.

A metodologia, tendo como ponto de partida o futebol convencional, que se transforma a partir do Futebol Callejero, se desenvolve em três momentos, onde o diálogo é a principal ferramenta para o sucesso. No primeiro momento as equipes acordam as regras do jogo juntamente com a presença do mediador, que anota tudo o que é acordado. Parte importante desse acordo inicial são os valores humanos e sociais que deverão ser desenvolvidos no jogo e que receberão uma determinada pontuação ao longo da partida. O segundo momento é o jogo propriamente dito, onde as formas de resolução dos conflitos, respeitando as regras e os valores acordados no primeiro momento, são de extrema importância. O terceiro momento é onde os participantes se reúnem e debatem sobre o cumprimento das regras estabelecidas, chegando a pontuação final do jogo por meio do diálogo que deve construir um consenso.

Outros elementos estruturantes são emblemáticos ao Futebol Callejero: não há árbitros, mas o mediador que cumpre uma função de extrema importância em todos os momentos descritos anteriormente, devendo favorecer o diálogo e o protagonismo da juventude na solução de conflitos e determinação de resultados. Outro elemento diferencial é a formatação mista das equipes, onde meninas e meninos jogam juntos em todos os momentos de uma partida.

### Mundial de Futebol Callejero

O Mundial tem como principal característica ser um evento que acontece em paralelo à Copa do Mundo da FIFA, sendo um grande espaço de contestação das práticas hegemônicas e mercantis do esporte espetáculo e mostrando outras possibilidades de desenvolvimento do futebol, mais populares, cooperativas e participativas.

O Mundial de 2014 reuniu 300 jovens, dos cinco continentes, vinculados a organizações que trabalham com a metodologia do Futebol Callejero. Em sua grande maioria, trata-se de jovens que vivem em situação de

vulnerabilidade social<sup>6</sup> e que participam de programas sociais onde o futebol de rua, na metodologia do Futebol Callejero, é a principal ferramenta para desenvolver suas potencialidades. O evento contou com o apoio da prefeitura da cidade de São Paulo, garantindo uma grande aproximação com as políticas públicas e discussão sobre a utilização dos espaços públicos na cidade. Os jogos foram realizados no Largo da Batata, local conhecido por ser centro de manifestações sociais na cidade; e na Praça da República, local emblemático do centro da capital paulista, de grande visibilidade e muito utilizado pelas classes populares da cidade.

### A Copa América de Futebol Callejero

A Copa América de Futebol Callejero aconteceu na cidade de Buenos Aires (Argentina), no mês de maio de 2015, reunindo 180 jovens de 13 países, sendo 12 do Continente Americano e 1 convidado da Europa (Espanha). O evento buscou ampliar o impacto e a visibilidade dos Festivais Sul-americanos anteriormente realizados. Também teve apoio da prefeitura da Cidade de Buenos Aires, que mantém um programa permanente de Futebol Callejero. Os jogos foram realizados no Parque Chacabuco, espaço público referência no aproveitamento de áreas de esporte e lazer (o parque é localizado sob uma elevada de grande fluxo e foi recuperado há pouco tempo, sendo hoje um dos locais mais frequentados da região). O encerramento teve jogos no Roseiral de Palermo, outro parque de grande circulação e cartão postal da cidade.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO: FUTEBOL DE RUA COMO ESPAÇO DE JUVENTUDE CIDADÃ

Em nossa investigação, os eventos descritos acima foram tomados como objeto de estudo para analisarmos em que medida as práticas de futebol callejero oferecem aos jovens envolvidos experiências de cidadania que auxiliam em seu desenvolvimento pessoal e capacitação para atuarem no espaço público como cidadãos e cidadãs.

6 Vulnerabilidade Social refere-se à maior ou menor capacidade de um indivíduo, família ou grupos sociais de controlar as forças que afetam seu bem-estar, ou seja, a posse ou controle de ativos que constituem os recursos requeridos para o aproveitamento das oportunidades propiciadas pelo Estado, mercado ou sociedade (Brasil, 2007). Viver em situação de vulnerabilidade social se relaciona a um insuficiente acesso a três grandes conjuntos de ativos: infraestrutura urbana (saneamento e transporte); capital humano (saúde e educação); renda e trabalho (Costa e Marguti, 2015).

A partir da triangulação do referencial teórico sobre juventude e cidadania com as informações sistematizadas, emergiram as categorias abaixo que sintetizam o resultado das análises a que chegamos:

### a) A orientação político-pedagógica do Movimento Futebol Callejero

Por meio da análise dos documentos que regem o Movimento de Futebol Callejero, das normas e regulamentos dos eventos e das memórias dos participantes observa-se a intencionalidade do Movimento em instituir espaços de formação e de experiências de cidadania participativa. A preocupação com a justiça social, a inclusão, a igualdade e a dignidade, assim como a defesa dos grupos excluídos e oprimidos da sociedade, são as principais causas defendidas pelo Movimento. A cultura do futebol de rua é apropriada como um instrumento de luta para desenvolver essa perspectiva de formação cidadã. Como pode-se observar na citação abaixo:

O futebol Callejero é uma forma de conceitualizar e entender o futebol como uma estratégia para criar e acompanhar processos de aprendizagem e inclusão social, recuperar os valores humanos, impulsionar o desenvolvimento de lideranças e gerar processos comunitários solidários e de transformação. (Movimento Futebol Callejero, 2013).

Os eventos organizados pelo Movimento também tem linhas de ação política bem definidas, sendo também espaços de contestação de práticas que não respeitam os direitos humanos e não prezam pela participação popular. A opção pela realização de um Mundial em paralelo com o Mundial da FIFA reforça e demarca o posicionamento de inconformidade e de proposta por novas formas de utilização do futebol.

Os modelos de gestão das organizações que fazem parte do Movimento também são um ponto em comum na preocupação com a formação cidadã. Todas essas organizações têm como prioridade a promoção do protagonismo juvenil. Nesse ponto é possível observar que grande parte dos participantes dos eventos relata a importância de sua aceitação, 'tal como são' em suas organizações, e o quanto isso promove confiança e possibilidade de crescimento.

Nesse sentido, também é importante o financiamento que o Movimento e as organizações buscam para a promoção dos eventos e para a manutenção dos projetos. Esse financiamento, público e privado, permite que as



ações do Movimento, como os eventos, sejam abertos e acessíveis a todas e todos sem discriminação econômica. As empresas privadas que apoiam o Movimento se comprometem a respeitar sua orientação política. Por outro lado, o Movimento realiza seus eventos sempre com apoio do poder público e nos espaços públicos das cidades sede. Essa busca por financiamentos, embora contestada por algumas organizações dentro do Movimento, pretende evitar, como referido no marco teórico, que se caia no 'rol de boas intenções', nos meros recursos retóricos que muitas vezes presenciamos em projetos sociais, mas que acabam não se tornando realidade na vida das classes populares. A busca de sustentabilidade no desenvolvimento de suas práticas permite ao Movimento desenvolver ações concretas com a juventude, ações inclusivas e acessíveis a todas e todos.

Todas essas características do Movimento Futebol Callejero estão em acordo com os estudos sobre juventude e cidadania quanto à importância de contextos institucionais que valorizem e promovam experiências de cidadania participativa com a juventude. Ou seja, o simples fato de desenvolver o futebol de rua não garantiria a promoção da cidadania democrática. O esporte, como um espaço de representação social aberto, também está sujeito a manifestações pouco democráticas (racismos, sexismos, xenofobia...). Nesse sentido é que se ressalta a importância da orientação político-pedagógica do Movimento, que atribui uma direcionalidade positiva a essa prática de lazer em favor do desenvolvimento humano (Cuenca, 2014), e que configura suas práticas de modo a garantir o exercício e a vivência de experiências de cidadania nos eventos de Futebol Callejero.

#### *b) Protagonismo e participação juvenil*

A centralidade dada a atuação juvenil em todas as etapas dos eventos, assim como a preocupação das organizações que fazem parte do Movimento em desenvolver práticas coerentes com essa centralidade, permite aos jovens exercerem um papel de reais sujeitos políticos, independentes da tutela e do padrão adultocrático (Giménez, 2003). É desde essa perspectiva que a metodologia do futebol Callejero busca promover exercícios de liderança. O jogo, articulado à dinâmica dos eventos, oportuniza experiências plenas de autonomia, oferecendo um espaço, hoje raro em nossas sociedades, de atuação e vivência em uma comunidade política.

Essa centralidade da juventude na apropriação de seus espaços é positiva na perspectiva do desenvolvimento da cidadania participativa. Porém o uso do termo liderança talvez revele um ponto frágil da metodologia: O autoritarismo deixou um traço cultural também nos países latinoamericanos, onde caudilhos e coronéis viam-se como líderes e condutores do povo. Para as pessoas e comunidades restava obedecer. A inflexão que o Movimento Futebol Callejero faz sobre a formação de lideranças pode acabar sendo um espaço onde essa tradição autoritária desenvolva suas raízes?

Ao mesmo tempo, podemos observar a importância do futebol para a aproximação dos jovens com o tema da cidadania. A capacidade de mobilização e de geração de vínculos presente no futebol, assim como seus códigos previamente conhecidos e seu caráter popular, envolve a juventude pelo afeto e emoção em práticas que possibilitam um protagonismo juvenil autêntico. Essa orientação muda consideravelmente a perspectiva de que os temas da vida democrática acontecem em esferas longínquas e sem sentido, aproximando processos participativos de temas do interesse juvenil.

#### *c) Apropriação de espaços como territórios de juventude cidadã*

Como demonstrado anteriormente, os eventos de Futebol Callejero acontecem em espaços públicos de referência nas cidades sede. Aqui há um importante elemento simbólico ao permitir à juventude sair de uma posição periférica no contexto social e habitar um espaço valorizado e empoderado na geografia das cidades. Por meio dos eventos, jovens de comunidades vulneráveis de diferentes partes do mundo apropriaram-se de espaços centrais em importantes cidades como São Paulo e Buenos Aires.

Impulsionados por uma metodologia que preza fundamentalmente pelo protagonismo e atuação ativa dos jovens, os eventos instituem nas cidades um lugar diferenciado, uma oportunidade de construção e afirmação de territórios, e, por conseguinte, também de identidades.

Dentro desta relação entre identidades construídas e território podemos analisar dois vieses observados. De um lado, o formato dos eventos, que prioriza espaços próprios aos jovens, constrói uma forte relação de pertencimento. O evento e os espaços onde ele acontece são transformados em legítimos territórios juvenis,

ampliando o sentido e o significado da experiência. De outro lado, a experiência também demonstra um dinamismo deste pertencimento territorial que permite transcender os limites do bairro ou cidade em que vivem os jovens. Este movimento está relacionado à expansão dos horizontes territoriais, fazendo com que os jovens assumam novas noções de pertencimento. Esta ampliação do território, porém, não implica a perda da identidade com o seu local de origem, pelo contrário, gera um novo olhar.

Dentro desse processo também há um grande investimento na revalorização e reconstrução da rua e do espaço público como territórios da juventude. Aqui lembramos que a grande maioria dos participantes é oriunda de bairros com grande índice de violência, onde a rua é um local de risco, um espaço onde não se deve estar.

#### *d) Diálogo como meio de solução de conflitos*

Como anteriormente apresentado, a metodologia do Futebol Callejero propõe momentos de deliberação coletiva. Ao início de cada jogo uma reunião entre os participantes constrói coletivamente as regras que nortearão sua realização, assim como os valores que, ao lado dos gols marcados, definirão o resultado da partida. Ao final do jogo, uma nova reunião entre todas e todos os participantes delibera se os acordos iniciais foram todos cumpridos e que equipe atingiu maior pontuação.

Esses espaços de diálogo são fundamentais quando buscamos entender o porquê do Futebol Callejero ser uma ferramenta com enorme potencial para o desenvolvimento da cidadania democrática. Em todas as etapas da metodologia do Futebol Callejero se fomenta o diálogo como meio de superação de conflitos e se estimulam as trocas, fazendo de seus participantes protagonistas tanto do jogo quanto das deliberações. O Futebol de rua se constitui assim em um espaço muito mais rico do que simplesmente jogar bola, torna-se também uma oportunidade para acordar regras, debater e construir consensos acerca de desempenhos e resultados.

Através da resolução de conflitos, mediante o uso da palavra e a força de argumentos, a metodologia promove valores democráticos que serão exercitados pelos participantes. O seu caráter inclusivo, a partir do jogo misto; a cooperação entre pessoas de diferentes, pelos diversos

graus de habilidades técnicas presente; de discussão política, por um futebol mais solidário e igualitário; tudo isso fomenta um rico espaço de diálogo e democracia.

Em um mundo de normas prontas e condutas normalizadas, onde a necessidade de reflexão, de argumentação e de assumir responsabilidades está perdendo espaço, percebe-se que essa metodologia institui um espaço construtivo de diálogo que desenvolve a capacidade crítica, a reflexão, a confiança e a construção coletiva.

## CONCLUSÕES

Ao final de nossas análises, concluímos que os eventos propostos pelo Movimento de Futebol Callejero oferecem experiências de cidadania à juventude. Pudemos analisar que o desenvolvimento de uma proposta política pedagógica orientada para a promoção da justiça, defesa dos direitos humanos e construção da cidadania apresenta-se como um marco seguro que dá direcionalidade às ações desenvolvidas.

Ao mesmo tempo, a promoção do protagonismo juvenil, a apropriação de espaços pelos jovens e o exercício do diálogo, elementos colocados em ação pela metodologia do Movimento Futebol Callejero, nos parecem permitir experiências de grande importância na formação dos jovens como cidadãos e cidadãs. Permitem o desenvolvimento da juventude e sua capacitação como agentes sociais protagonistas, efetivos construtores e construtoras de sociedades democráticas.

## REFERÊNCIAS

- Arendt, H. (2001). *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Baquero, R., y Baquero, M. (2005). Educação, capital social e democracia – buscando pontos de convergência. *Educação Unisinos*, 9, (2), 77–83.
- Bauman, Z. (2003). *Comunidad: En busca de seguridad en un mundo hostil*. Madrid: Siglo XXI Editores.
- Benedicto, J., y Morán, M. L. (2002). *La construcción de una ciudadanía activa entre los jóvenes*. Madrid: Ministerio del Trabajo y Asuntos Sociales, Instituto de la juventud – INJUVE.
- Benedicto, J., y Morán, M. L. (2003). Los jóvenes: ¿ciudadanos en proyecto? In J. Benedicto, y M. L. Morán (Ed.). *Aprendiendo a ser ciudadanos: experiencias sociales y construcción de la ciudadanía entre los*

- jóvenes (p. 39-64). Madrid: Ministerio del Trabajo y Asuntos Sociales, Instituto de la juventud – INJUVE.
- Brandão, C. R. (1990). *Pesquisa Participante*. 8ª Ed. São Paulo: Brasiliense.
- Brasil. Ministério do Trabalho e Emprego. (2007). *Aspectos conceituais da vulnerabilidade social*. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego/DIEESE/UNICAMP.
- Carvalho, J. M. (2002). *Cidadania no Brasil, o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Costa, M. A. e Marguti, B. O. (Eds.). (2015). *Atlas de vulnerabilidade social nos municípios brasileiros*. Brasília: IPEA.
- Cuenca, M. (2014). *Ocio valioso*. Bilbao: Universidad de Deusto.
- Movimiento Fútbol Callejero (2013). *Movimiento Fútbol Callejero*. On line. Disponible em: <http://movimientodefutbolcallejero.org/movimiento/carta-de-principios>
- Movimiento Fútbol Callejero (2015). *Movimiento Fútbol Callejero*. On line. Disponible em: <http://movimientodefutbolcallejero.org/>
- Flecha, R. D. (2011). Modernidade, contemporaneidade e subjetividade. *Sapere Aude*, 2, (3), 28–43.
- Freire, P. (1997). *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra.
- Giménez, L. (2003). Las políticas de juventud: Hacia unas políticas emancipadoras. In J. Benedicto, y M. L. Morán (Eds.). *Aprendiendo a ser ciudadanos: experiencias sociales y construcción de la ciudadanía entre los jóvenes* (p. 159-180). Madrid: Ministerio del Trabajo y Asuntos Sociales, Instituto de la juventud – INJUVE.
- Gutierrez, C. A. S. (2014). Juventud y participación ciudadana, *Revista Debates*, 8, (2), 103-118.
- Gutiérrez, P., Carreño, J. M., y Rodríguez, A. B. (2014). La experiencia como categoría de análisis de la recreación: Posibilidad pedagógica. *Revista Lúdica Pedagógica*, 19, (1), 123-134.
- Luque, E. (2003). Cómo se forman ciudadanos: De la confianza a los saberes. J. Benedicto, y M. L. Morán (Eds.). *Aprendiendo a ser ciudadanos: experiencias sociales y construcción de la ciudadanía entre los jóvenes* (p. 159-180). Madrid: Ministerio del Trabajo y Asuntos Sociales, Instituto de la juventud – INJUVE.
- Marshall, T. H., y Bottomore, T. (1998). *Ciudadanía y clase social*. Madrid: Alianza Editorial.
- Marx, K. Engels, F. (1998). *Manifiesto Comunista*. São Paulo: Ed. Boitempo.
- Morán, M. L., y Benedicto, J. (2000). *Jóvenes y ciudadanos*. Madrid: Ministerio del Trabajo y Asuntos Sociales, Instituto de la juventud – INJUVE.
- Pedró, F. (2003). ¿Dónde están las llaves? Investigación politológica y cambio pedagógico en la educación cívica. In J. Benedicto, y M. L. Morán (Eds.). *Aprendiendo a ser ciudadanos: experiencias sociales y construcción de la ciudadanía entre los jóvenes* (p. 235 – 257). Madrid: Ministerio del Trabajo y Asuntos Sociales, Instituto de la juventud – INJUVE.
- Pilcher, N. A. (2004). *A felicidade na ética de Aristóteles*. Passo Fundo: UPF Editora.
- Schiavo, M. R. e Moreira, E. N. (2004). *Glossário Social*. Rio de Janeiro: Comunicarte Marketing Cultural e Social SC Ltda.
- Taylor, C. (1994). *La ética de la autenticidad*. Barcelona: Ediciones Paidós.
- Térren, E. (2003). Educación democrática y ciudadanía multicultural: El reaprendizaje de la convivencia. In J. Benedicto, y M. L. Morán (Eds.). *Aprendiendo a ser ciudadanos: experiencias sociales y construcción de la ciudadanía entre los jóvenes* (p. 159-180). Madrid: Ministerio del Trabajo y Asuntos Sociales, Instituto de la juventud – INJUVE.
- Touraine, A. (2000). *Igualdad y diversidad, las nuevas tareas de la democracia*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica.

